

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Secretaria de Fiscalização de Pessoal**  
2ª Divisão de Fiscalização de Pessoal

**Servidor:** ABRAAO ALVES JACULI  
**CPF:** 255.408.076-34 - **Matrícula:** 1223046  
**Tipo de Ato:** APOSENTADORIA - **Processo:** 277001466/2012  
**Cargo:** Médico - Classe Especial - Padrão V  
**Número do Ato:** 005636-9  
**Data de Ingresso no TCDF:** 18/11/2016 **Prazo:** 5 ano(s), 2 mês(es) e 14 dia(s).  
**Órgão de Origem:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES)

Sr. Diretor,

Examina-se a legalidade do ato de aposentadoria voluntária do servidor, em epígrafe.

O Controle Interno opina pela legalidade da concessão.

Verifica-se o longo cômputo de tempo ponderado estatutário essencial para a concessão da aposentadoria.

Sobre essa questão, tendo em vista o trânsito em julgado do RE 1.014.286 (Tema 942), retorna o ato para análise, nos termos do Despacho Singular nº 318/2021-GCPM.

Com efeito, restou autorizado pelo STF, até a edição da Emenda Constitucional nº 103/2019, o direito à conversão, em tempo comum, do período prestado em regime estatutário sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público (inciso III do §4º do art. 40 da CRFB), nos termos do Tema 942 de Repercussão Geral (RE 1.014.286).

Os reflexos da mencionada decisão do STF são objeto de análise no Processo nº 00600-00001196/2021-14-e, em trâmite neste Tribunal.

Entretanto, cumpre destacar que a presente concessão chegou a este Tribunal para análise há mais de 05 anos, prazo decadencial aplicável aos Tribunais de Contas para análise dos atos sujeitos a registro por força da tese firmada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 445 e Decisão nº 3.770/2021, razão pela qual se considera tacitamente registrada a concessão em exame.

Pelo exposto, sugere-se ao Tribunal:

I - ter por cumprido o Despacho Singular nº 318/2021-GCPM;

II - considerar tacitamente registrado o ato de concessão em exame, por força da tese de

Repercussão Geral n.º 445 julgada pelo Supremo Tribunal Federal e conforme parâmetros delineados na Decisão n.º 3.770/2021, proferida no Processo n.º 0600-00000146/2020-39, ressaltando que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão n.º 77/2007, adotada no Processo n.º 24.185/2007;

III - autorizar o arquivamento dos autos.

À consideração superior.

Brasília, 30 de Janeiro de 2022

FLÁVIA MARIA RIBEIRO CANTAL - Mat. n.º 2992

---

SIRAC - Sistema de Registro de Admissões e Concessões - 09:37:23 - 01/02/2022